

Responda às questões 1 a 5 com base no seguinte texto:

Por que as palavras de origem árabe começam com “al”?

Almanaque, alfândega, almofada, alface, algema, algodão, alfaiate. Enorme foi a contribuição dos árabes para o vocabulário português e espanhol durante sua permanência de sete séculos na Península Ibérica. O detalhe curioso é que esse “al” fixado no início das palavras era, na verdade, o artigo definido da língua árabe. “Alquimia”, por exemplo, quer dizer “a química”. Na língua de origem, o “al” acompanha todo e qualquer substantivo, não importa se masculino ou feminino, singular ou plural. Além disso, vem sempre colado à palavra a que se refere. Outro fato marcante é que esse artigo aparece também em palavras da língua portuguesa que não começam com al. Isso porque sua segunda letra, o “l”, pode ser alterada para que seu som se harmonize com a consoante a seguir. Tudo isso reforça, para quem ouve, a ideia de que o artigo faz parte da palavra. E nós acabamos assimilando isso e juntando com os nossos artigos. Por isso ninguém fala “o godão” ou “azeitona”. Da mesma forma, por isso o livro sagrado do Islã pode ser chamado de “Alcorão” ou “Corão”.

(Adaptado de:

<https://jornalnota.com.br/2024/10/08/por-que-as-palavras-de-origem-arabe-comecam-com-al/>).

1. Com base nas informações do texto sobre a origem e a incorporação do elemento “al” em palavras do português, analise as assertivas a seguir:

- I. A longa permanência dos árabes na Península Ibérica deixou uma contribuição expressiva para o léxico do português e do espanhol.
- II. O artigo “al” era empregado, na língua árabe, antes de qualquer substantivo, sem distinção de gênero ou número.

Pode-se afirmar que:

- a) Ambas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) Ambas as assertivas estão incorretas.

2. Acerca das informações apresentadas no texto sobre a influência da língua árabe no vocabulário do português, especialmente quanto ao uso do elemento “al”, assinale a alternativa correta.

- a) O português eliminou completamente o “al” das palavras emprestadas do árabe, substituindo-o por seus próprios artigos definidos, como “o” e “a”.
- b) A junção do artigo “al” ao substantivo na língua árabe favoreceu sua assimilação ao português como parte integrante do vocábulo.
- c) A forma “Alcorão” é incorreta no português, sendo usada apenas por influência popular, já que o nome correto do livro sagrado islâmico é exclusivamente “Corão”.
- d) O elemento “al” é um prefixo típico da morfologia portuguesa, utilizado na formação de substantivos derivados do latim e adaptado posteriormente a palavras de outras línguas.

3. De acordo com as informações do texto, por que o elemento “al” pode assumir formas diferentes antes de certas consoantes?

- a) Para adaptar-se ao gênero e número do substantivo.
- b) Para refletir a variação dialectal do árabe nas palavras de origem.
- c) Para se ajustar às regras gramaticais da língua portuguesa.
- d) Para harmonizar foneticamente com a consoante seguinte.

4. A respeito do emprego da vírgula no texto, analise as assertivas que seguem:

- I. Em **Almanaque, alfândega, almofada, alface**, as vírgulas isolam itens em enumeração.
- II. Em **“Alquimia”, por exemplo, quer dizer “a química”**, as vírgulas isolam o aposto resumitivo.
- III. Em **Além disso, vem sempre colado à palavra a que se refere**, a vírgula isola o aposto.

Pode-se afirmar que:

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

5. Na frase **vem sempre colado à palavra a que se refere**, observa-se o correto emprego do acento indicativo de crase. Nesse sentido, em qual das frases abaixo há **ERRO** no emprego da crase?

- a) Muitas palavras de uso cotidiano remetem à história da ocupação árabe.
- b) As adaptações fonéticas ocorreram para garantir fluidez à pronúncia.
- c) Ao serem adaptadas ao português, várias palavras mantiveram referência à estrutura original.
- d) Durante a Idade Média, os árabes chegaram à dominar a Península Ibérica.

6. Dada a função $f(x) = x^3 - 2x^2$, qual é a equação da reta tangente ao gráfico de $f(x)$ no ponto onde $x = 2$?

- a) $y = 4x - 8$
- b) $y = 8x - 16$
- c) $y = 4x$
- d) $y = 2x - 4$

7. Dada a sequência de números: 512, 128, 32, ..., assinale a alternativa que corresponde ao sétimo termo da sequência.

- a) 2
- b) 1/4
- c) 1/8
- d) 1/2

8. Em um grupo de 10 pessoas, 4 falam inglês e espanhol, e 6 falam apenas espanhol. Três pessoas serão escolhidas aleatoriamente. Assinale a alternativa que corresponde à probabilidade de que todas as escolhidas falem apenas espanhol (ou seja, que não falem inglês).

- a) 1/6
- b) 1/4
- c) 2/3
- d) 1/2

9. O montante de R\$ 360.000,00, referente a uma causa judicial, será dividido entre o contador, o advogado e seu cliente, nas proporções 2, 3, e 7, respectivamente. Assinale a alternativa que corresponde ao valor recebido pelo cliente.
- R\$50.000,00
 - R\$210.000,00
 - R\$180.000,00
 - R\$200.000,00
10. Considere o seguinte conjunto de dados: 4, 5, 6, 7, 5, 8, 5, 6, 8. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a moda, a mediana e a média (aproximada) desses dados, nessa ordem.
- 5 ; 5 ; 6
 - 6 ; 6 ; 5
 - 6 ; 5 ; 6
 - 5 ; 6 ; 6
11. O Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, "Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências". Este decreto-lei estabeleceu importantes diretrizes para o funcionamento e a composição dos órgãos que regulamentam a profissão contábil no Brasil.
- Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:
- Os membros do Conselho Federal de Contabilidade e respectivos suplentes serão eleitos por um colégio eleitoral composto de um representante de cada Conselho Regional de Contabilidade por este eleito em reunião especialmente convocada.
 - Os presidentes dos Conselhos Federal e Regionais terão mandato de 4 (quatro) anos e serão eleitos dentre seus respectivos membros contadores, admitida uma única reeleição consecutiva, não podendo o período presidencial ultrapassar o término do mandato como conselheiro.
 - Aos servidores dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade se aplicará o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.
 - As eleições para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais serão realizadas no máximo 60 (sessenta) dias e no mínimo 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
12. A Lei nº 12.249/10, de 11 de junho de 2010, alterou diversos artigos do Decreto-Lei nº 9.295/46, promovendo atualizações importantes na legislação que rege a profissão contábil no Brasil. Entre as principais alterações introduzidas pela Lei nº 12.249/10, destacam-se:
- Fiscalização da profissão.
 - Exame de Suficiência.
 - Atribuições do CFC.
 - Penalidades.
- Assinale a alternativa correta:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
13. A Resolução CRCSC nº 471/2023 aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC). Em geral, um Regimento Interno de um Conselho Regional de Contabilidade como o de Santa Catarina deve abordar temas como Estrutura Organizacional. Analise abaixo o que é a Estrutura Organizacional do CRCSC:
- Regras gerais para os processos administrativos internos do CRCSC.
 - Criação, composição e funcionamento das comissões temáticas (por exemplo, de fiscalização, de ensino, de ética).
 - Como o CRCSC está organizado (Presidência, Vice-Presidência, Plenário, Câmaras de Registro, Fiscalização, Comissões Temáticas).
 - Regras para as sessões plenárias, votações, quóruns.
14. A Resolução CFC nº 1.707/2023, publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), dispõe sobre o registro profissional dos contadores e dos técnicos em contabilidade. Analise as assertivas abaixo e assinale a **INCORRETA**:
- Cassação é a perda da habilitação para o exercício da atividade profissional, decorrente de decisão transitada em julgado, por infração prevista no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.
 - Suspensão é a cessação temporária da habilitação para o exercício da atividade profissional, decorrente da aplicação de penalidade transitada em julgado ou por decisão judicial, cuja contagem de prazo dar-se-á nos termos da normatização vigente.
 - Decorridos 3 (três) anos da devida cientificação da decisão de cassação do exercício profissional, após o trânsito em julgado, poderá o bacharel em Ciências Contábeis requerer novo registro.
 - Decorrido o prazo da penalidade de suspensão, o Registro Profissional será restabelecido automaticamente, independentemente de solicitação.

15.A Resolução CRCSC nº 377/2014 institui o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para os empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC). Um Processo Administrativo Disciplinar é um conjunto de procedimentos administrativos destinados a apurar a responsabilidade de um servidor público (ou, neste caso, empregado de um conselho profissional, que tem natureza jurídica de autarquia federal em regime especial) por eventuais irregularidades ou infrações cometidas no exercício de suas funções. Essa resolução deve detalhar as etapas do PAD no âmbito do CRCSC, incluindo as fases do processo.

Analise as assertivas abaixo e assinale a correta. Geralmente, um PAD envolve as fases de:

- I. Instauração (com a designação da comissão processante).
- II. Instrução (coleta de provas, oitiva de testemunhas, defesa do acusado).
- III. Relatório (da comissão processante).
- IV. Julgamento (pela autoridade competente).

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

16.A Resolução CFC nº 1.708/2023, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), trata do registro das organizações contábeis. Organizações contábeis são as empresas ou entidades que têm por objeto a prestação de serviços contábeis. Para atuarem legalmente, essas organizações também precisam estar registradas nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) da jurisdição onde exercem suas atividades.

Para a obtenção do Registro Originário, o interessado deverá encaminhar requerimento, após a comprovação de recolhimento de taxas e anuidade, instruído com:

- I. Ato constitutivo, original e cópias, bem como suas alterações, ou contrato consolidado, devidamente registrados no órgão competente.
- II. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- III. Comprovação da responsabilidade técnica prevista no § 1º do art. 3º desta Resolução.
- IV. Cópias de documento de identidade oficial e comprovante de residência.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

17.A Resolução CFC nº 1.603/2020 aprova o Regulamento de Procedimentos Processuais dos Conselhos de Contabilidade, que dispõe especificamente sobre os Processos Administrativos de Fiscalização, e dá outras providências. Este regulamento estabelece as normas e os ritos processuais a serem seguidos pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) quando da realização de processos administrativos de fiscalização do exercício profissional dos contadores e técnicos em contabilidade, bem como das organizações contábeis.

Os atos processuais deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

- I. Afetem direitos ou interesses.
- II. Decidam processos e recursos.
- III. Decorram de reexame de ofício.
- IV. Apliquem jurisprudência firmada sobre a questão ou contrariem pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.
- V. Importem em anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
- b) As assertivas I, II, III, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

18.A Resolução CFC nº 1.612/2021 aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. Este regulamento estabelece as normas gerais de organização, funcionamento e procedimentos aplicáveis tanto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) quanto aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Por ser um "Regulamento Geral", ele deve abordar aspectos amplos da atuação do Sistema CFC/CRCs, servindo como um arcabouço normativo (conjunto de normas legais) para diversas atividades dos conselhos. Constituem receitas do CFC:

- I. 1/5 da receita bruta de cada CRC, excetuados os legados, doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, quando justificados.
- II. legados, doações e subvenções.
- III. rendas patrimoniais.
- IV. 3/5 do valor da arrecadação de anuidades, taxas, multas e juros.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

19. Nos termos da delegação conferida pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, constitui competência dos Conselhos de Contabilidade, observados o disposto nos Arts. 17 e 18 deste regulamento **EXCETO**:

- a) Registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional;
- b) Os Conselhos são responsáveis por criar ou alterar leis tributárias ou políticas econômicas do governo. Sua atuação se concentra na aplicação e no cumprimento das normas existentes dentro da profissão contábil.
- c) Regular e coordenar o Exame de Suficiência, o Cadastro de Qualificação Técnica e o Programa de Educação Continuada.
- d) Editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

20. A Resolução CFC nº 1.640/2021 trata das prerrogativas profissionais mencionadas no Art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46. As prerrogativas profissionais são os direitos e as responsabilidades exclusivas dos contadores e técnicos em contabilidade no exercício da profissão. O Art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46 (com a redação dada pela Lei nº 12.249/10) estabelece algumas dessas prerrogativas, como a exclusividade na execução de determinados serviços contábeis.

Analise as assertivas abaixo e assinale a correta:

São atribuições privativas dos profissionais da contabilidade:

- I. Avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza tributária.
- II. Reavaliações e medição dos efeitos das variações do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimônio e o resultado periódico de quaisquer entidades.
- III. Escrituração contábil de todos os atos e fatos, que consiste no procedimento executado exclusivamente pelo profissional da contabilidade, cuja função é a de registrar as operações financeiras, econômicas e patrimoniais de quaisquer entidades, por quaisquer métodos, técnicas ou processos.
- IV. Registro de custos das atividades de qualquer natureza, inclusive definição de avaliação de estoque, com o objetivo de apuração de resultado para auxiliar na tomada de decisão.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) As assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

21. Nos termos do art. 49, da Constituição Federal, marque a opção **INCORRETA**:

“É da competência exclusiva do Congresso Nacional.”

- a) Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
- b) Fiscalizar e controlar, indiretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Judiciário, incluídos os da administração direta.
- c) Autorizar referendo e convocar plebiscito.
- d) Zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.

22. Nos termos do art. 95, da Constituição Federal, marque a opção **INCORRETA**:

“Aos juízes é vedado:”

- a) Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- b) Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
- c) Dedicar-se à atividade político-partidária.
- d) Receber, a qualquer título ou pretexto, assistência psicológica de pessoas jurídicas.

23. Nos termos do art. 23, da Lei Nº 8.429/1992, marque a opção **INCORRETA**:

“A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.”

- a) A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos nesta Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo prescricional.
- b) A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade.
- c) Encerrado o prazo previsto no § 2º deste artigo, a ação deverá ser proposta no prazo de 30 (trinta) dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil.
- d) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

24. Nos termos do art. 25, da Lei Nº 14.133/2021, marque a opção **INCORRETA**:

“O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.”

- a) Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos desta Lei terão prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência.
- b) Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.
- c) Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- d) Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, poderão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, com necessidade de registro e de identificação para acesso dos interessados.

25. Nos termos do art. 204, da Lei Nº **10.406/2002**, marque a opção **INCORRETA**:

- a) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- b) A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- c) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
- d) A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.

26. Nos termos do art. 408 e seguintes, da Lei Nº **10.406/2002**, marque a opção **INCORRETA**:

- a) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- b) Quando a obrigação for divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- c) Sendo indivisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena; mas esta só se poderá demandar integralmente do culpado, respondendo cada um dos outros somente pela sua quota.
- d) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, dolosamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.

27. Nos termos do art. 43, da Lei Nº **8.078/90**, marque a opção **INCORRETA**:

“O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.”

- a) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.
- b) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
- c) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, poderão ser fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.
- d) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

28. Nos termos do art. 1.024, da Lei Nº 13.105/15, marque a opção **INCORRETA**:

“O juiz julgará os embargos em 5 (cinco) dias.”

- a) Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente.
- b) Caso o acolhimento dos embargos de declaração não implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão final tem o direito de complementar ou alterar suas razões, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da decisão dos embargos de declaração.
- c) Nos tribunais, o relator apresentará os embargos em mesa na sessão subsequente, proferindo voto, e, não havendo julgamento nessa sessão, será o recurso incluído em pauta automaticamente.
- d) Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.

29. Nos termos do art. 59, da Lei Nº 8.213/91, marque a opção **INCORRETA**:

“O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.”

- a) O segurado recluso em cumprimento de pena em regime aberto ou semiaberto terá direito ao auxílio-doença.
- b) O segurado em gozo de auxílio-doença na data do recolhimento à prisão não terá o benefício suspenso.
- c) Em caso de prisão declarada ilegal, o segurado terá direito à percepção do benefício por todo o período devido.
- d) Não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.

30. Nos termos do art. 1.035, da Lei Nº 13.105/15, marque a opção **INCORRETA**:

“O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.”

- a) Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.
- b) Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.
- c) Negada a repercussão geral, o presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais sobrestados na origem que versem sobre matéria semelhante.
- d) O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

31. Nos termos do art. 388, da Lei Nº 13.105/15, marque a opção **INCORRETA**:

“A parte não é obrigada a depor sobre fatos:”

- a) Que coloquem em perigo a vida de outra pessoa.
- b) Criminosos ou torpes que lhe forem imputados.
- c) Acerca dos quais não possa responder sem desonra própria, de seu cônjuge, de seu companheiro ou de parente em grau sucessível.
- d) A cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo.

32. Nos termos do art. 176 e seguintes, da Lei Nº 5.172/66, marque a opção **INCORRETA**:

- a) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.
- b) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- c) A isenção, ainda quando prevista em lei, é sempre decorrente de contrato que especifique as condições e requisitos contratuais para a sua concessão, os tributos a que se aplica e o prazo legal.
- d) A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 104.

33. Nos termos do art. 129 e seguintes, da Lei Nº 5.172/66, marque a opção **INCORRETA**:
- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
 - b) Em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do credor pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos tributários.
 - c) O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.
 - d) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
34. Nos termos do art. 194 e seguintes, da Lei Nº 5.172/66, marque a opção **INCORRETA**:
- a) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
 - b) A autoridade administrativa que proceder diligências de fiscalização lavrará o início do procedimento, na forma da legislação federal, que fixará prazo mínimo para a conclusão.
 - c) A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.
 - d) Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
35. Nos termos do art. 66 e seguintes, do Decreto-lei Nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:
- a) Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 (doze) horas consecutivas para descanso.
 - b) O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.
 - c) Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.
 - d) Na regulamentação do funcionamento de atividades sujeitas ao regime deste Capítulo, os municípios atenderão aos preceitos nele estabelecidos, e as regras que venham a fixar não poderão contrariar tais preceitos nem as instruções que, para seu cumprimento, forem expedidas pelas autoridades competentes em matéria de trabalho.
36. Nos termos da Súmula 6, do TST, marque a opção **INCORRETA**:
- a) Para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.
 - b) O conceito de "mesma localidade" de que trata o art. 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.
 - c) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.
 - d) A cessão de empregados exclui a equiparação salarial, exercida a função em órgão municipal estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

37. Nos termos do art. 8º, da **Lei Complementar Nº 75/93**, marque a opção **INCORRETA**:

- a) O membro do Ministério Público será criminalmente responsável pelo uso das informações e documentos que tiver acesso; a ação penal deverá proposta pelo ofendido e seus sucessores, sempre que ficar comprovado o prejuízo.
- b) Nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido.
- c) As correspondências, notificações, requisições e intimações do Ministério Público quando tiverem como destinatário o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, membro do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Ministro de Tribunal Superior, Ministro do Tribunal de Contas da União ou chefe de missão diplomática de caráter permanente serão encaminhadas e levadas a efeito pelo Procurador-Geral da República ou outro órgão do Ministério Público a quem essa atribuição seja delegada, cabendo às autoridades mencionadas fixar data, hora e local em que puderem ser ouvidas, se for o caso.
- d) A falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa.

38. Nos termos do art. 6º, da **Lei Nº 12.529/11**, marque a opção **INCORRETA**:

“O Tribunal Administrativo, órgão julgante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.”

- a) Se, nas hipóteses previstas no § 4º deste artigo, ou no caso de encerramento de mandato dos Conselheiros, a composição do Tribunal ficar reduzida a número inferior ao estabelecido no § 1º do art. 9º desta Lei, considerar-se-ão automaticamente suspensos os prazos previstos nesta Lei, e suspensa a tramitação de processos, continuando-se a contagem imediatamente após a recomposição do quórum.
- b) Os cargos de Presidente e de Conselheiro são de dedicação exclusiva, não se admitindo qualquer acumulação, salvo as constitucionalmente permitidas.
- c) No caso de renúncia, morte, impedimento, falta ou perda de mandato do Presidente do Tribunal, assumirá o Vice-presidente, até nova nomeação, sem prejuízo de suas atribuições.
- d) No caso de renúncia, morte ou perda de mandato de Conselheiro, proceder-se-á a nova nomeação, para completar o mandato do substituído.

39. Nos termos do art. 2º e seguintes, da **Lei Nº 13.303/16**, marque a opção **INCORRETA**:

“A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.”

- a) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- b) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- c) A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos do caput do art. 173 da Constituição Federal.
- d) Desde que a maioria do capital votante não permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito privado, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

40. Nos termos do art. 620 e seguintes, do Decreto-Lei Nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:

- a) Será nula de pleno direito disposição de Convenção ou Acordo que, direta ou indiretamente, contrarie proibição ou norma disciplinadora da política econômico-financeira do Governo ou concernente à política salarial vigente, não produzindo quaisquer efeitos perante autoridades e repartições públicas, inclusive para fins de revisão de preços e tarifas de mercadorias e serviços.
- b) Os empregados e as empresas que celebrarem contratos individuais de trabalho, estabelecendo condições contrárias ao que tiver sido ajustado em Convenção ou Acordo que lhes for aplicável, serão passíveis da multa neles fixada.
- c) As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho não prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.
- d) As Convenções e os Acordos poderão incluir entre suas cláusulas disposição sobre a constituição e funcionamento de comissões mistas de consulta e colaboração, no plano da empresa e sobre participação, nos lucros. Estas disposições mencionarão a forma de constituição, o modo de funcionamento e as atribuições das comissões, assim como o plano de participação, quando for o caso.